Junta de Crédito Agrícola

Balancete da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de responsabilidade solidária e ilimitada, com sede em Serpa em 31 de Setembro de 1912

ACTIVO		
Associados—sua dívida por cotas	940,500	
Caixa	66,755	
Empréstimos aos sócios por:		
Fiança	1:752,075	
Hipoteca	3:451,000	
Penhor	5:420,000	
	10:623,075	
Despesas gerais	439,815	
Caixa Económica Portuguesa	2:417,000	
	13:640,645	
PASSIVO		
Fundo social:		
Cotas e jóias cobradas	183,800	
Cotas e jóias em dívida	94,000	277,800
Depósitos à ordem	1:687,000	
Depósitos a prazo	2:000,000	
Empréstimos à Caixa:		
Junta de Crédito Agrícola	9:331,450	
Sindicato Agrícola	228,165	
	9:559,615	
Lucros e perdas	116,320	
	13:640,645	

Os Directores, Manuel Teotónio Féria — José Jacinto de Oliveira.

Está conforme o original que fica arquivado na Secretaria desta Junta.

Lisboa, Junta de Crédito Agrícola, em 22 de Fevereiro de 1913. — O Secretário, *Júlio Torres*.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos

1.ª Direcção

1.ª Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Em 26 do corrente:

Avelino Teixeira Pinto Magriço, primeiro aspirante do quadro dos telégrafos, chefe da sub-secção eléctrica do Porto, que se achava na situação de inactividade—mandado regressar à actividade do serviço.]

2.ª Divisão

Em despachos datados de hoje:

João Ramalho, Fernando Cavaleiro, Filipe José dos Santos, Francisco Paulo Brandão, Alfredo da Silva Lucas, João Bruno Ferreira, António Martins, Raul António Madeira, Bernardo da Silva Júnior, Carlos Pinto Malheiro, Hermógenes da Conceição Faustino, João Cipriano Duarte, António Nunes, João Simões da Costa Serra, João Correia Ribeiro, António Augusto Pereira, Manuel Pedrosa Júnior, António Ramos, Francisco dos Santos, Oscar Barroso, Luís Lopes e Pedro Bernardino Ramalho—nomeados carteiros supranumerários da cidade de Lisboa.

Manuel Gonçalves—nomeado distribuidor supranumerário de Barcelos.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 26 de Fevereiro de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

Rectificação

No *Diário do Governo* n.º 46, datado de hoje, p. 744, onde se lê «António Mendes de Sousa, encarregado gratuito da estação postal em Mesquitela, concelho de Celorico de Basto» deve ler-se «concelho de Celorico da Beira».

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 26 de Fevereiro de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

2.ª Direcção

1.ª Divisão

Edictos

Faz-se público, nos termos e para os efeitos do artigo 31.º do regulamento das concessões de licenças para o estabelecimento e exploração de instalações eléctricas, de 30 de Novembro de 1912, que estará patente na 1.ª Divisão da 2.ª Direcção, desta Administração Geral, até as dezasseis horas do dia 12 de Março próximo, o projecto apresentado pela Companhia Carris de Ferro do Porto, para a construção de dois lanços de linha de tracção eléctrica destinados a ligar os dois taboleiros da ponte D. Luís I com a rede existente, sendo o lanço relativo ao taboleiro superior construído entre a Avenida Saraiva de Carvalho e a Praça Almeida Garrett, pelas Ruas Chã e do Loureiro, e o relativo ao taboleiro inferior pela Ribeira e Ruas de S. João e Infante D. Henrique até a Praça do Infante D. Henrique.

Todas as reclamações contra a aprovação deste projecto devem ser presentes nesta Administração Geral, dentro do citado prazo.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 25 de Fevereiro de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

3.ª Direcção

1.ª Divisão

Rectificação

Na portaria datada de 2 do corrente, publicada no *Diário do Governo* n.º 31, de 8 do mesmo mês, mandando retirar da circulação os selos e outras fórmulas de franquia de tipos anteriores aos da actual emissão, em que foi mandado imprimir a sobrecarga «República», onde se lê: «Que a troca dos mesmos deve efectuar-se nas capitais dos distritos, nas agências do Banco de Portugal», deve ler-se: «Nas capitais dos distritos e nas sedes dos concelhos nas Tesourarias de finanças respectivas».

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 24 de Fevereiro de 1913.—Pelo Administrador Geral, *J. M. Pinheiro e Silva*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral das Colónias

2.ª Repartição

Usando da faculdade que me confere o artigo 47.º, n.º 3.º, da Constituição Política da República Portuguesa: hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, tendo ouvido o Conselho Colonial, e nos termos do artigo 15.º do decreto, com força de lei, de 30 de Novembro de 1869, decretar o seguinte:

Artigo 1.º São criadas três escolas de instrução primária na provincia de Cabo Verde, sendo uma para o sexo masculino no lugar de S. Jorge, da freguesia de S. Lourenço, da Ilha do Fogo, outra para o sexo feminino no lugar do Galinheiro, da mesma freguesia e Ilha, e outra para ambos os sexos na Povoação Velha, da Ilha da Boa Vista.

Art. 2.º As referidas três escolas reger-se hão em tudo pelo que se acha estabelecido para as demais escolas da provincia, tendo os respectivos professores os vencimentos que a lei estabelece.

Art. 3.º A escola para ambos os sexos da Povoação Velha, da Ilha da Boa Vista, será, em regra, dirigida por professora.

Paços do Governo da República, em 22 de Fevereiro de 1913.—*Manuel de Arriaga—Artur R. de Almeida Ribeiro*.

Despachos efectuados na data abaixo indicada

Por decretos de 22 do corrente mês:

Mariano José Dias—provido definitivamente no lugar de professor regente da escola do sexo masculino de Parrá, no Estado da Índia.

José Paulo Venâncio Gomes—provido definitivamente no lugar de professor regente da escola do sexo masculino de Quepém, no Estado da Índia.

Inácio Filipe da Piedade Viagas—provido definitivamente no lugar de professor regente da escola do sexo masculino de Bicholim, no Estado da Índia.

Maria Antónia Clotilde de Quadros—provida definitivamente no lugar de professora regente da escola do sexo feminino de Diu, no Estado da Índia.

Por portaria de 22 do corrente mês:

Inácio Rodrigues Matias Júnior, funcionário do 2.º grau do quadro administrativo da provincia de Moçambique—prorrogada por mais seis meses a licença registada concedida por portaria provincial n.º 902, de 27 de Julho de 1912. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e adicionais).

Direcção Geral das Colónias, em 26 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

3.ª Repartição

Despacho efectuado na data abaixo indicada

Por decretos de 22 do corrente:

Francisco da Silva Garcia, tenente-coronel médico, subchefe do serviço de saúde do quadro de saúde de Angola e S. Tomé e Príncipe—promovido a coronel-médico chefe do serviço de saúde do mesmo quadro, nos termos do artigo 18.º e § 1.º da carta de loi de 28 de Maio de 1896.

José Miguel Sant'Ana da Costa, primeiro sargento da companhia de saúde do Estado da Índia—reformado no posto de alferes, com o vencimento diário de 13 tangas e 5 réis.

Hipólito António Fortes, alferes reformado da companhia de saúde de Cabo Verde e Guiné—concedido mais o abono de 65 réis diários, a começar do corrente ano económico.

Direcção Geral das Colónias, em 25 de Fevereiro de 1913.—O Director Geral, *A. Freire de Andrade*.

CONGRESSO

CAMARA DOS DEPUTADOS

Projecto de lei

Artigo 1.º É concedido aos alunos do último ano do curso elementar de pilotagem fazerem exame na Escola

Naval de Lisboa, desde 15 a 30 de Abril próximo, para o que deverão roquerer até o dia 8 do referido mês.

§ único. Os requerimentos e o exame serão em conformidade com as leis em vigência.

Art. 2.º Pela presente lei fica autorizado o Ministro da Marinha a marcar novas épocas para estes exames, sempre que para isso se torne necessário o nas condições das leis vigentes.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Lisboa, em 25 de Fevereiro de 1913.—O Deputado, *Amorim de Carvalho*.

Projecto de lei

Artigo 1.º O despacho de pronúncia em processos criminaes ordinários, estando presos todos ou alguns dos arguidos, será dado no prazo imprerterível de oito dias, contados do momento da primitiva detenção. Este despacho será imediatamente intimado aos presos, que dele poderão agravar dentro do prazo de cinco dias.

§ 1.º Interposto o agravo, subirá ele ao Tribunal da Relação no prazo improrrogável de dez dias.

§ 2.º O agravo subirá nos próprios autos, excepto quando haja outros co-agentes, ainda não pronunciados ou presos, ou quando haja necessidade, a respeito dos agravantes, de proceder a alguma das diligências previstas no § único do artigo 15.º do decreto de 15 de Setembro de 1892, ou quando se não tenha ultimado, antes da pronúncia, qualquer diligencia ordenada em corpo de delito; casos estes em que o agravo subirá em separado, observando-se, na parte aplicável, o disposto no artigo 1:014.º e seus parágrafos, e no artigo 1:015.º e seu § 1.º do Código do Processo Civil.

§ 3.º O disposto neste artigo entender-se há sem prejuizo do disposto no artigo 10.º do decreto de 14 de Outubro de 1910 e no artigo 6.º e seu § 1.º do decreto de 15 de Fevereiro de 1911.

Art. 2.º Se os agravantes forem despronunciados nos tribunais de recurso, tal decisão não obstará a que possam ser pronunciados de novo, se das diligências complementares do corpo de delito a que se proceda, nos termos do § 2.º do artigo antecedente, resultar prova diversa e ainda não apreciada da sua criminalidade.

Art. 3.º Tratando-se de crime cuja classificação definitiva dependa de facto incerto, que se verifique depois de dado o despacho de pronúncia, poderá este ser alterado por novo despacho de pronúncia, devidamente fundamentado, observando-se a respeito dele o disposto na segunda parte do artigo 1.º desta lei.

Art. 4.º Fica revogada a legislação em contrário.

Lisboa, e Sala das Sessões da Câmara dos Deputados em 25 de Fevereiro de 1913.—O Deputado, *Luís de Mesquita Carvalho*.

Proposta de lei

Artigo 1.º As disposições sanitárias a aplicar nos casos de daurina são:

1.ª O sequestro dos animais atacados ou suspeitos, com a applicação duma marca sanitária até ulterior procedimento;

2.ª Castração por conta do Estado dos animais masculinos doentes ou suspeitos;

3.ª Occisão dos animais masculinos que se encontrem no último periodo da doença e das fêmeas doentes ou suspeitas.

§ único. Exceptuam-se da occisão os animais que a Escola de Medicina Veterinária requisitar para estudo e ensaios de tratamento.

Art. 2.º É garantida uma indemnização aos donos dos animais que forem abatidos, bem como aos daqueles que morrerem por efeitos bem averiguados da castração ou que pelo Governo sejam reservados para estudo.

§ 1.º Os animais serão classificados em três categorias pelo que respeita aos valores a arbitrar para o efeito das indemnizações:

1.ª categoria— Animais manifestamente atacados;

2.ª categoria— Animais suspeitos clinicamente;

3.ª Categoria. Animais suspeitos apenas pela sua historia progressa.

§ 2.º O valor a arbitrar deve aumentar da 1.ª à 3.ª categoria.

§ 3.º Os valores a arbitrar, segundo estas categorias e a espécie pecuária, serão estabelecidos de modo que o valor máximo da 3.ª categoria não exceda a quantia fixada no § 2.º do artigo 26.º do Regulamento Geral de Saúde Pecuária, aprovado por decreto de 7 de Fevereiro de 1889.

Art. 3.º Pela Direcção Geral da Agricultura, e de acôrdo com o parecer da secção pecuária do Conselho Superior de Agricultura, será organizada uma tabela indicando as importâncias máximas das indemnizações para cada categoria, espécie e sexo.

Art. 4.º A avaliação do animal, para o efeito da indemnização, será feita por um delegado técnico da Direcção Geral da Agricultura e por outro médico-veterinário representante do dono do animal.

§ 1.º No caso do dono do animal não nomear perito ou este não compareça no acto da avaliação, far-se há a sua substituição por outro do quadro oficial da Direcção Geral da Agricultura.

§ 2.º Quando haja empate na avaliação intervirá o respectivo inspector dos serviços de sanidade pecuária ou quem seja superiormente nomeado para o representar.

Art. 5.º Os donos dos animais que, ao contrário do que dispõe o artigo 14.º do Regulamento Geral de Saúde Pecuária, não fizerem a necessária declaração, perderão o